

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
2018**

Seção de Gestão Socioambiental
Diretoria de Administração
Fevereiro/2019



TRTMG
TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente documento atende à Resolução nº 201, de 03/03/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em seu art. 23 determina que os órgãos e conselhos que compõem o Poder Judiciário apresentem, anualmente, relatório de desempenho de seu Plano de Logística Sustentável (PLS), que subsidiará a elaboração do Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado também anualmente pelo CNJ.

Nesse sentido, este relatório traz os resultados alcançados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região no ano de 2018 para os indicadores estratégicos do Poder Judiciário, com foco socioambiental e econômico, constantes do Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015. Também é feita análise da evolução desses indicadores ao longo da série histórica construída até o presente momento (desde 2015, para a maioria das variáveis) e são apresentadas ações que o Regional pretende realizar por meio da versão atualizada de seu PLS.

O Plano de Logística Sustentável do TRT3 foi publicado em dezembro de 2015¹ e a análise da série histórica acima mencionada demonstra a necessidade de revisão desse documento para se proceder à atualização de seu plano de ações e das respectivas metas, atividade que está em curso, sendo esperada a publicação da nova versão do PLS-TRT3 em 2019. Por esse motivo, optou-se por analisar o desempenho dos indicadores ora em questão tendo por base a evolução verificada nas respectivas séries históricas, e não nas metas incluídas na versão atual do PLS.

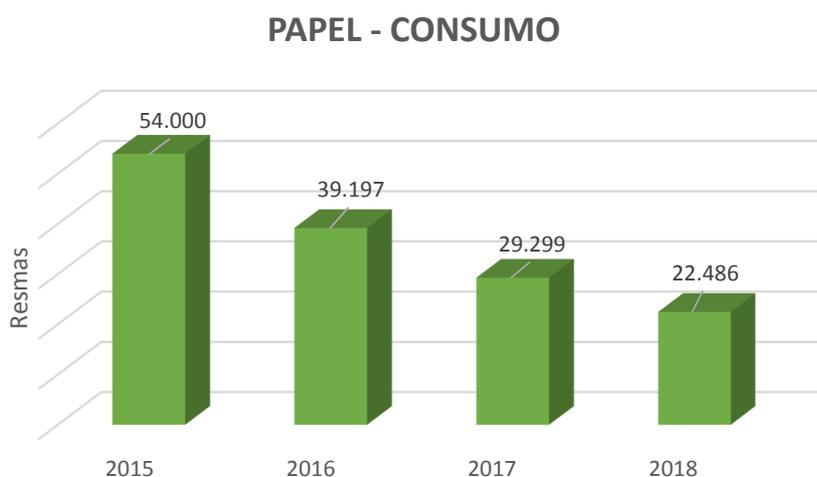
Vale mencionar que o Tribunal tem buscado, a cada ano, aprimorar a coleta dos dados concernentes aos indicadores do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, visando a padronização e a comparabilidade dos números ao longo do tempo, se valendo, para isso, do subsídio das informações constantes do Glossário do Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015. Informa-se, nesse sentido, que: 1) há limitações do Regional quanto ao levantamento de algumas variáveis, na forma solicitada pelo CNJ; e 2) os dados referentes a gastos estão apresentados apenas em valores correntes, pela ausência, por ora, do estabelecimento de critérios tais como qual índice de correção monetária deve ser aplicado. A construção de séries históricas robustas se mostra como fundamental para que os dados levantados sejam instrumentais para a tomada de decisões pela administração dos órgãos do Poder Judiciário, sendo que o TRT3 tem se dedicado a essa construção, de acordo com suas possibilidades.

¹ O PLS-TRT3 foi aprovado pelo Tribunal Pleno, conforme Resolução Administrativa SETPOE nº 287, de 15 de dezembro de 2015, disponível em <<https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/responsabilidade-socioambiental/documentos/normas>>.

2. ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS INDICADORES – PLS TRT3

2.1 Papel

O consumo de papel no TRT3 continua em queda, algo verificado desde o início da compilação desse indicador (ano de 2015). Em 2018, houve redução de 23% na quantidade consumida de papel não-reciclado próprio, em relação a 2017; assim, o ritmo de redução anual tem sido, em média, de 25% nos últimos três anos, conforme demonstrado a seguir.



*Papel A4 não-reciclado próprio

Houve queda também no gasto² com esse produto (de 6% em 2018, ante 2017), em função da redução do consumo, haja vista que o valor de aquisição apresentou elevação.

Pode-se esperar que a queda no número de resmas consumidas de papel como decorrência da utilização do processo judicial eletrônico (PJe) (cuja implantação se deu em 2012) ainda deve se manter no curto prazo. Desde 2017, todos os processos recebidos no 1º Grau têm formato eletrônico; ademais, a cada ano, tem caído o número de processos físicos no 2º Grau.

O Tribunal deve prosseguir com medidas já adotadas em prol da racionalização do uso de papel, como o envio de cestas de materiais às unidades com quantitativo pré-definido de resmas de papel, baseado na série histórica de consumo, havendo a possibilidade de redução da quantidade a qualquer momento, por solicitação da unidade. Devem ser retomadas campanhas para redução do consumo por meio do estímulo à impressão em frente e verso e da minimização da impressão de documentos tramitados via sistema de processo administrativo eletrônico.

² O dispêndio com papel não-reciclado próprio em 2018 foi de R\$334.206,06.

2.2 Copos descartáveis

Em 2018, foram consumidos 340 centos de copos plásticos para água e 120 centos de copos para café. O consumo de copos para água foi o menor da série histórica iniciada em 2015, tendo se reduzido em 32% em 2018; já o consumo de copos para café apresentou crescimento de 20% em relação a 2017. De qualquer forma, a utilização de copos descartáveis de plástico no Regional segue sendo relativamente pequena – o consumo médio estimado por integrante da força de trabalho em 2018 foi de 9 copos³.



O gasto de aquisição dos copos para água e café em 2018 foi de R\$1.032,00 (redução de 3% em relação ao ano anterior).

Inobstante o baixo dispêndio, a produção e o descarte de copos descartáveis de plástico são danosos para o meio ambiente, motivo pelo qual se deve sempre prezar pela minimização ou pela eliminação de seu consumo. Por meio de ações de seu PLS atualizado, o Regional deve estudar a eventual viabilidade de aquisição de copos descartáveis de outros materiais, além de buscar a menor utilização possível, solicitando às unidades consumidoras a racionalização no uso (que se dá apenas em Belo Horizonte⁴).

³ Total da força de trabalho (magistrados, servidores e auxiliares) ao final de 2018: 4.982 colaboradores.

⁴ Os maiores consumos em 2018 se deram na Secretaria da Escola Judicial (nas atividades de capacitação presencial), e durante as sessões das Turmas do Tribunal.

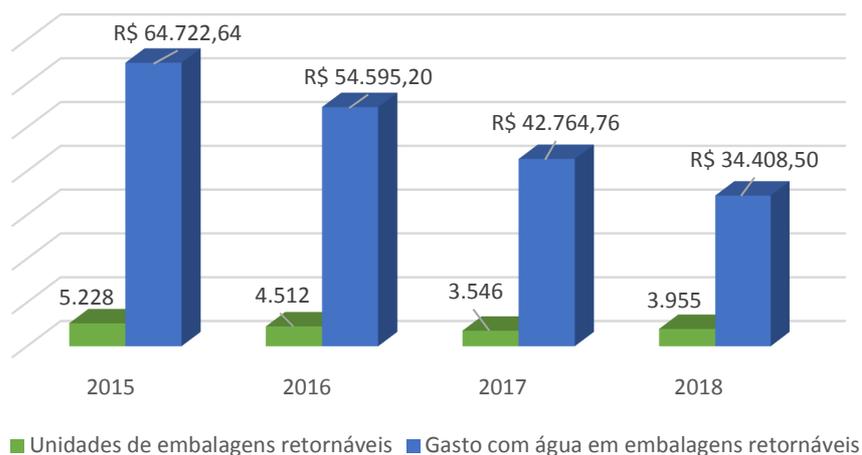
2.3 Água envasada em embalagem plástica

O consumo de galões de 20 litros de água mineral apresentou elevação de 12% em 2018 *versus* 2017, tendo o consumo sido, por outro lado, inferior ao de 2016 (em 12%) e de 2015 (em 24%).

O dispêndio total com os garrafões, contudo, apresentou queda de 20% em 2018 em relação ao ano anterior, devido ao preço unitário de aquisição 28% menor. O valor de aquisição do garrafão tem caído a cada ano, desde o início da série histórica.

A distribuição de água envasada em embalagens plásticas ocorre somente na Capital, para atender a eventos externos e unidades que não possuem pontos hidráulicos para a instalação de purificadores de água ou bebedouros elétricos. O Tribunal está estudando atualmente a possibilidade de instalação de pontos hidráulicos em alguns desses locais, medida que, quando levada a cabo, irá diminuir o consumo de água engarrafada.

ÁGUA - EMBALAGENS RETORNÁVEIS



No TRT3 nunca houve a praxe de consumo de água mineral em embalagens individuais (descartáveis).

2.4 Impressão

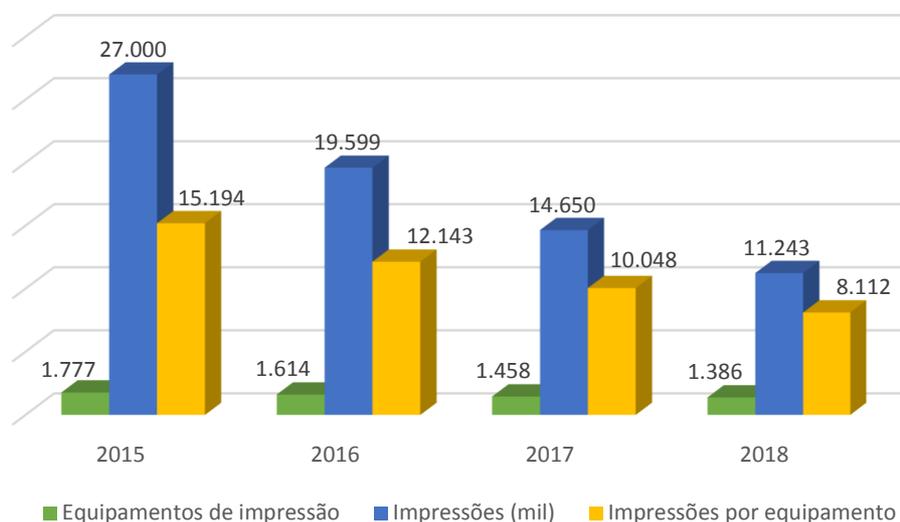
A implantação dos processos judiciais e administrativos eletrônicos traz resultados – além do impacto no consumo de papel – nos indicadores referentes à impressão. Nesse sentido, em primeiro lugar, pode-se deduzir, da queda no consumo de papel, que tem havido redução no número de impressões no TRT3; dessa forma, partindo-se da premissa de que

todo o papel A4 consumido no Regional é utilizado para impressão⁵, houve queda de 23% no número de folhas impressas, comparativamente a 2017.

O número de equipamentos de impressão em uso ao final de 2018 apresentou queda, por sua vez, de aproximadamente 5% em 2018, em relação a 2017.

Correlacionando-se tais dados, tem-se que o número estimado de impressões por equipamento no Tribunal tem apresentado tendência de queda (de 19% ao ano, em média, nos últimos três anos), de forma que deve ser considerado pelo Órgão o enxugamento de seu parque de impressão para torná-lo mais eficiente – ação que consta da proposta da nova versão do PLS.

IMPRESSÃO - DESEMPENHO



Ainda na esteira da queda das impressões, o gasto com a aquisição de suprimentos manteve em 2018 a tendência descendente, tendo se reduzido em 17% ante o ano anterior.

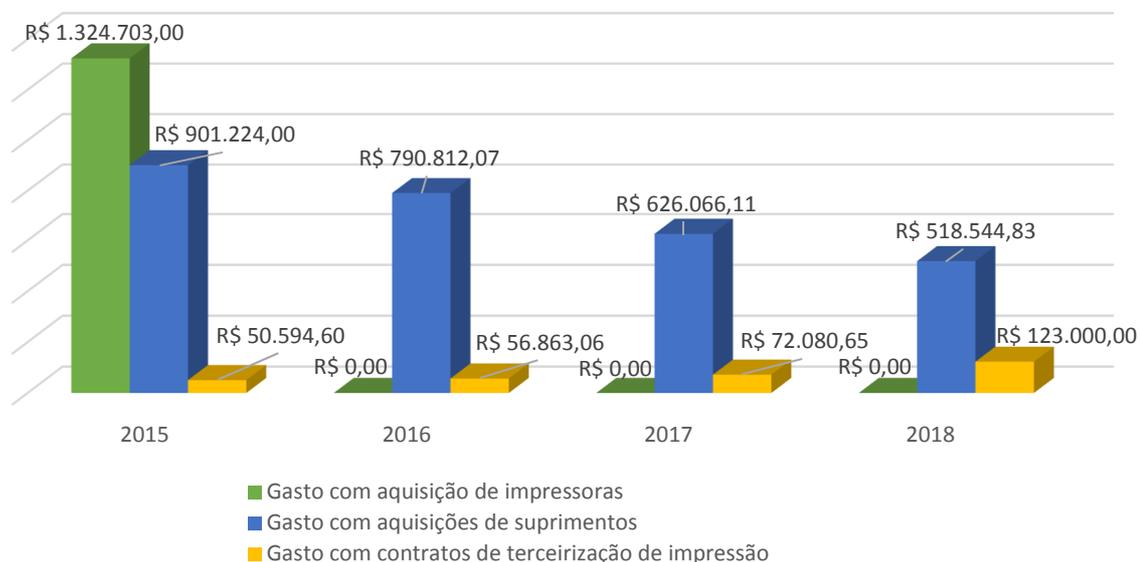
Vale mencionar que em fins de 2018 estava em processo de conclusão a aquisição de lotes de impressoras para substituir parte do parque de impressão então em uso no Regional. Optou-se por não contabilizar esses novos equipamentos em 2018 para não se incorrer em superestimação do número de máquinas, já que as novas impressoras ainda não haviam sido instaladas, ao final do ano, em substituição aos equipamentos então em funcionamento. Dessa forma, foi lançado valor zero em relação ao gasto com aquisição de equipamentos de impressão.

A terceirização de impressão (*outsourcing*) se mantém, por enquanto, pouco utilizada no Regional, limitando-se a um equipamento instalado na gráfica do Órgão. O contrato ora vigente, assinado em 2017, abarcou apenas parte de tal exercício, motivo pelo qual o

⁵ Faz-se tal estimativa pelo fato de não haver medição do número de folhas impressas no Tribunal. Está em fase de testes, contudo, programa desenvolvido no Órgão para contabilizar as impressões por unidade organizacional; dessa forma, esse controle passará a ser feito em 2019.

dispêndio foi menor que o verificado em 2018 (o valor mensal contratado se manteve o mesmo).

IMPRESSÃO - GASTOS

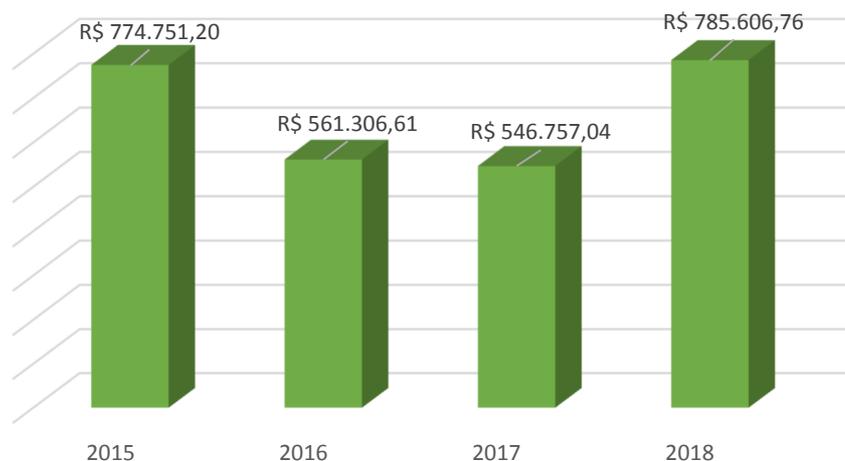


2.5 Telefonia

Em 2018, houve um crescimento de 44% no gasto com telefonia fixa no Regional, relativamente a 2017, inobstante a tendência até então verificada ter sido de queda. Esse aumento no dispêndio foi causado, em grande medida, por fatores relacionados a correções na cobrança de determinados serviços a partir do novo contrato firmado em 2018, não podendo ser atribuído a um aumento do consumo do serviço pelo corpo funcional do Órgão. De qualquer forma, o PLS atualizado apresentará ações para racionalizar o uso do telefone fixo, por meio, por exemplo, do estímulo ao uso de outras tecnologias de comunicação, como aplicativos de conversa via Internet.

Ao final de 2018, o Tribunal contava com 184 linhas diretas e 1.600 ramais, indicando um gasto relativo de R\$440,36 por linha telefônica fixa no ano.

TELEFONIA FIXA - GASTOS

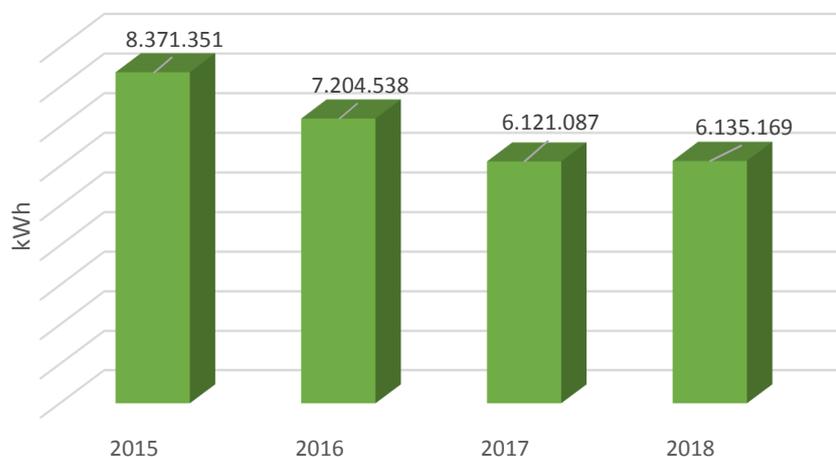


Desde maio de 2016, o TRT3 não tem em vigor contratos para fornecimento de serviços de telefonia móvel. A suspensão de tais serviços compôs o rol de medidas de contenção de gastos então colocada em prática, não tendo sido retomados, desde então.

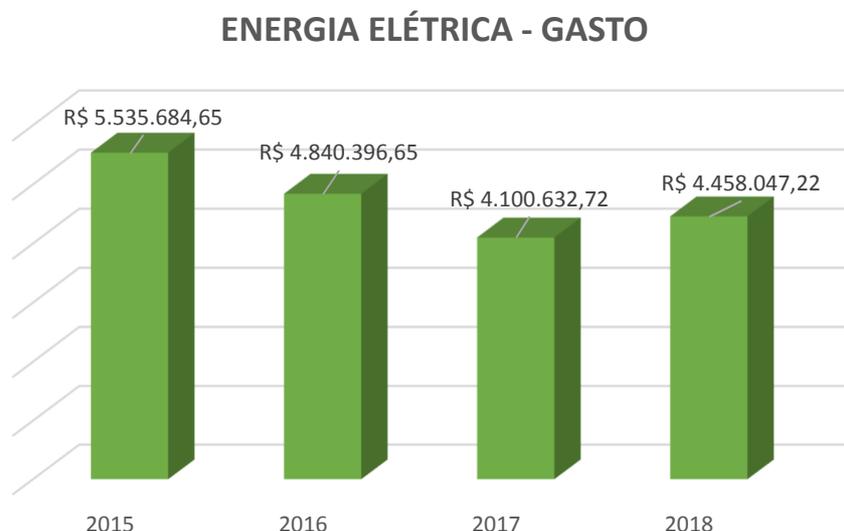
2.6 Energia elétrica

O consumo de energia elétrica ficou praticamente estável no TRT3 em 2018 *vis-à-vis* 2017. Dessa forma, manteve-se um nível de consumo 15% inferior ao verificado em 2016, ano marcado por forte contenção orçamentária, sinalizando que o Órgão vem conseguindo funcionar com um menor consumo de energia.

ENERGIA ELÉTRICA - CONSUMO



O dispêndio com esse recurso teve elevação de 9% em 2018, quase integralmente em decorrência do aumento dos valores da tarifa de energia, verificado no exercício.



O TRT3 tem feito, no que se refere à possibilidade de negociação tarifária, o acompanhamento e o controle dos valores de demanda contratados de energia, procurando manter vigentes tanto a modalidade quanto os parâmetros mais adequados e vantajosos. Nesse sentido, em 2018, foram revisados os contratos associados ao fornecimento de energia para a nova sede própria em Poços de Caldas (Sul de Minas), com redução da demanda contratada.

Vale mencionar, ademais, que foi realizada a substituição da iluminação fluorescente por LED nas unidades de Itajubá, Monte Azul e Unaí (Sul, Norte e Noroeste de Minas, respectivamente), sendo que as novas instalações em Pará de Minas (região Central) e as novas sedes de Sete Lagoas (região Central) e Poços de Caldas já foram inauguradas com essa tecnologia de iluminação. O Tribunal segue fazendo a substituição da iluminação em outras unidades, em 2019, na Capital e no interior; outras ações, ademais, também serão realizadas com a vigência do PLS atualizado, como campanhas para uso mais racional de aparelhos elétricos (equipamentos de ar condicionado, etc.).

2.7 Água e esgoto

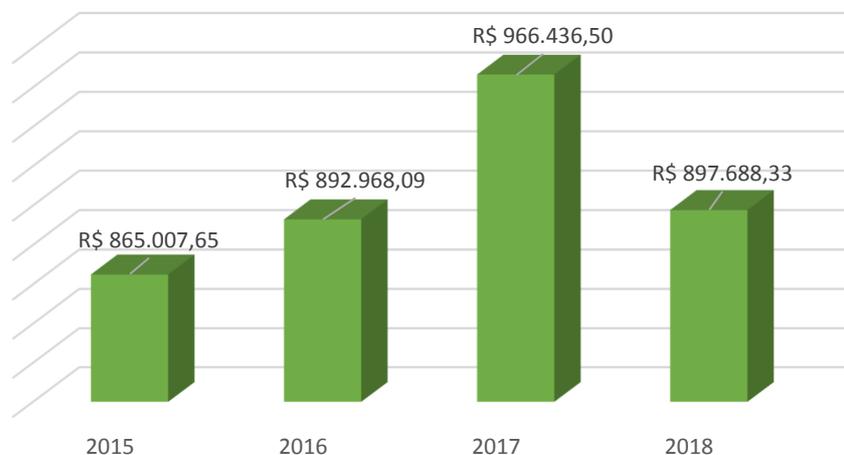
O consumo de água apresentou queda de 8% em 2018 em relação a 2017, sendo que a tendência decrescente vem desde o início da série histórica, em 2015. No período que compõe a série, a média de declínio do consumo anual foi de 9%.

ÁGUA - CONSUMO



O montante despendido com faturas de água e esgoto apresentou queda de 7%, quase mesma redução verificada no consumo.

ÁGUA - GASTO



Tal como o consumo de energia elétrica, o Tribunal deve continuar trabalhando em prol da racionalização do uso da água, como, por exemplo, por meio de campanhas de redução do consumo e de rápida solicitação/realização de conserto de vazamentos.

2.8 Gestão de resíduos

O Tribunal doou à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), localizada em Belo Horizonte, aproximadamente 67 toneladas de

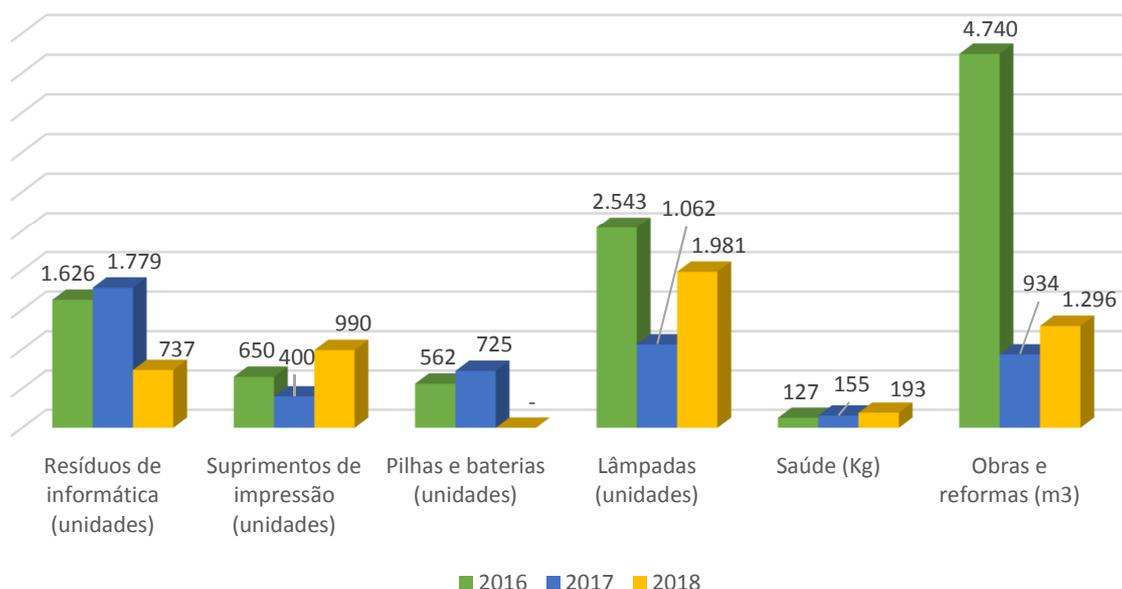
resíduos recicláveis (coleta geral – papel, plástico, metal e vidro) no ano de 2018⁶. Não há estrutura para medição do volume de material entregue a associações e cooperativas localizadas no interior do Estado conveniadas com o TRT3, de forma que o montante informado se refere somente aos resíduos encaminhados à associação localizada na capital.

O volume de resíduos doado em 2018 inclui grande quantidade de autos findos destinados à eliminação, oriundos das Varas do Trabalho da Capital e também de alguns municípios do interior. O descarte se deu via Belo Horizonte no caso das localidades sediadas no interior do Estado em que não havia convênio firmado pelo TRT3 com associação ou cooperativa apta ao recebimento dos materiais, bem assim quando, mesmo havendo entidade conveniada, essa, por algum motivo, não tenha tido condições de receber o material.

Esse quantitativo de materiais recicláveis entregue em 2018 é 10% menor que o material doado em 2017, o que pode estar relacionado a fatores como, por exemplo, a existência de um menor volume de processos judiciais a serem eliminados em 2018⁷.

Apresenta-se, a seguir, gráfico referente aos resíduos de descarte especial:

RESÍDUOS DE DESCARTE ESPECIAL



O Tribunal segue dando destinação aos seus resíduos de informática por meio da formação de lotes de desfazimento para doação, sendo que em 2018 foram destinadas 737 unidades⁸, entre impressoras, computadores e *notebooks* usados na Capital⁹. Esses

⁶ 66.615 kg, conforme declarações prestadas pela Associação.

⁷ Em 2017, foram submetidos aos trâmites de eliminação, principalmente, os autos judiciais dos anos de 2010 e 2011, enquanto que, em 2018, passaram por esse processo os autos de 2012.

⁸ Não é feita no TRT3, atualmente, a mensuração em quilogramas dos resíduos de informática destinados ao reaproveitamento.

⁹ Nas unidades do interior do estado, os lotes de desfazimento são compostos por itens de informática, por mobiliário e por outros equipamentos, não havendo consolidação, discriminadamente, apenas dos equipamentos de informática.

equipamentos foram doados para reaproveitamento de entidades como instituições federais de ensino e Marinha do Brasil.

Em 2018 houve a destinação ambientalmente correta de 990 unidades de suprimentos de impressão utilizados na Capital e no interior, de fabricantes diversos, por meio de parceria (sem custo) com empresa produtora do setor que desenvolveu programa de envio, para reaproveitamento em outras indústrias, de cartuchos de impressão usados¹⁰. A destinação de suprimentos por meio dessa parceria se iniciou em janeiro de 2018 e propiciou crescimento de 148% no número de itens descartados, pelo fato de viabilizar o encaminhamento para reciclagem de cartuchos usados que estavam armazenados em várias unidades do Tribunal, principalmente no interior do Estado.

Em 2018, não esteve em vigor contrato que previsse a realização de logística reversa de pilhas e baterias adquiridas pelo Tribunal. Com a publicação do PLS atualizado do Órgão, espera-se pôr em prática ação no sentido de que o recolhimento de tais itens por empresa que vier a fornecê-los ao Regional passe a ser obrigatório.

Registrou-se em 2018 o recolhimento de 1.981 lâmpadas por empresa responsável por encaminhá-las para descontaminação e reciclagem, serviço esse que abarcou somente Belo Horizonte, pela carência de empresas ou outras entidades que realizem essa atividade no interior do Estado. Uma das ações previstas pela *Rede Sustenta Minas*¹¹ para o ano de 2019 inclui tratativas em prol da instalação de ponto de recolhimento de lâmpadas fluorescentes no *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora por fundação que atua nessa área, o que poderia beneficiar as unidades do TRT3 naquele município e nos de seu entorno. Ademais, a versão preliminar do PLS atualizado, a ser publicada em breve, também prevê a busca de solução para o encaminhamento das lâmpadas utilizadas no interior.

Em 2018, o Tribunal encaminhou 192,5 Kg de resíduos de serviços de saúde para descontaminação e tratamento por empresa contratada para esse fim.

Por fim, menciona-se a destinação de 1.296 m³ de resíduos de obras e reformas para aterros de resíduos de construção civil.

No rol de ações propostas a constarem do PLS-TRT3, ora em revisão, incluem-se outras medidas relativas à gestão de resíduos, entre as quais, a padronização da separação de resíduos em três categorias (papel, demais recicláveis e não recicláveis), com a realização de campanha para envolvimento do corpo funcional na coleta seletiva; a continuidade do acompanhamento do treinamento fornecido à equipe de funcionários terceirizados do serviço de limpeza; a elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos do Órgão; e a realização, onde for factível, de convênios com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, para atender às unidades do interior do estado.

¹⁰ Mais informações: <<http://www.partner.lexmark.com.br/Planeta/Index/Home?pais=3062>>.

¹¹ Comitê de trabalho interinstitucional formado por quinze órgãos e entidades localizadas em Minas Gerais signatários de Termo de Cooperação Técnica voltado para a área da sustentabilidade.

2.9 Reformas

Os gastos com reformas no Tribunal têm sido diminutos nos últimos três anos. Em 2018, o total despendido de R\$12.764,52 referiu-se a adaptações de leiaute, sendo tal valor 60% menor ao gasto no ano anterior. Também no ano de 2017 os gastos informados no indicador 10.1 (Gastos com reformas no período-base) do questionário do Formulário do Plano de Logística Sustentável do Judiciário relacionaram-se integralmente a alterações de leiaute.

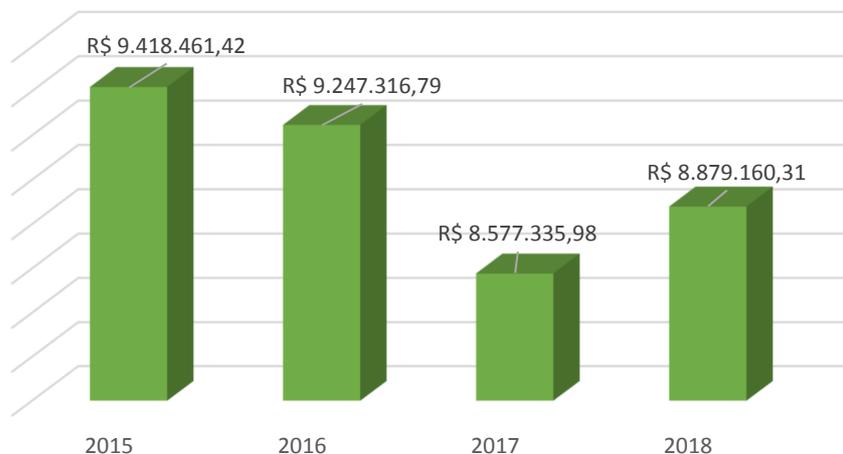


No texto em análise da nova versão do PLS, são propostas ações focadas na realização de reformas eventualmente necessárias para a melhoria das condições de acessibilidade dos prédios do Tribunal.

2.10 Limpeza

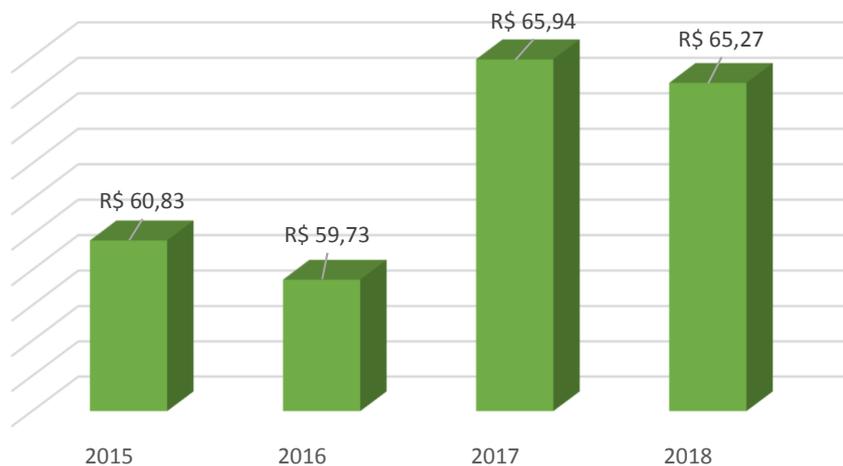
Os gastos com contratos de limpeza no Regional, em valores correntes, apresentaram elevação de 4% em 2018, comparativamente ao ano anterior, totalizando R\$8,9 milhões.

LIMPEZA - GASTOS



Deve-se ter em conta a dificuldade de estimativa das áreas do TRT3 para apuração do custo médio por m² dos contratos de limpeza. O TRT3, tribunal de grande porte¹², possui 158 Varas do Trabalho distribuídas em 67 municípios, bem assim 2 Postos Avançados,¹³ sendo a área do Órgão (interna e externa) uma variável dinâmica. Levando-se em conta tal limitação, pode-se considerar que a estimativa do custo dos contratos de limpeza por área apresentou pequena redução, em torno de 1%, em 2018, comparativamente a 2017.

LIMPEZA - GASTO POR m²



Os contratos de serviço de limpeza englobam o fornecimento dos materiais de limpeza, de modo que não há aquisição desses materiais fora de tais contratos.

¹² Relatório Justiça em Números 2018: ano-base 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/09/8d9faee7812d35a58cee3d92d2df2f25.pdf>>.

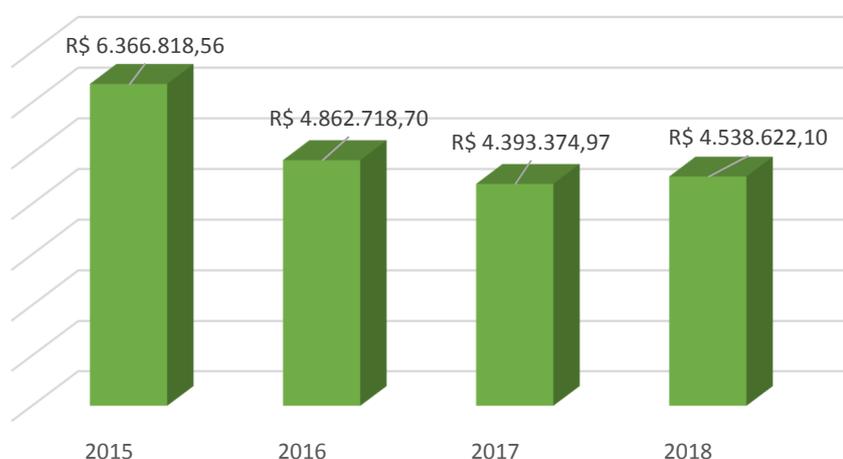
¹³ Em Aimorés e em Piumhi.

O Regional pretende, entre outras ações relativas aos contratos de limpeza, prosseguir buscando a otimização desse serviço, o que abarca, por exemplo, análise do número de postos de trabalho.

2.11 Vigilância

Em 2018, os gastos com contratos de vigilância armada¹⁴ no TRT3 apresentaram elevação de 3%, tendo o dispêndio atingido a monta de R\$4,5 milhões.

VIGILÂNCIA ARMADA - GASTOS



O total de postos teve considerável alta (54%), passando de 54 para 83, número que, todavia, ainda é inferior ao existente antes dos cortes orçamentários engendrados em 2016. Esse restabelecimento do número de postos ocorrido em 2018 atendeu a demanda de magistrados do interior do Estado.

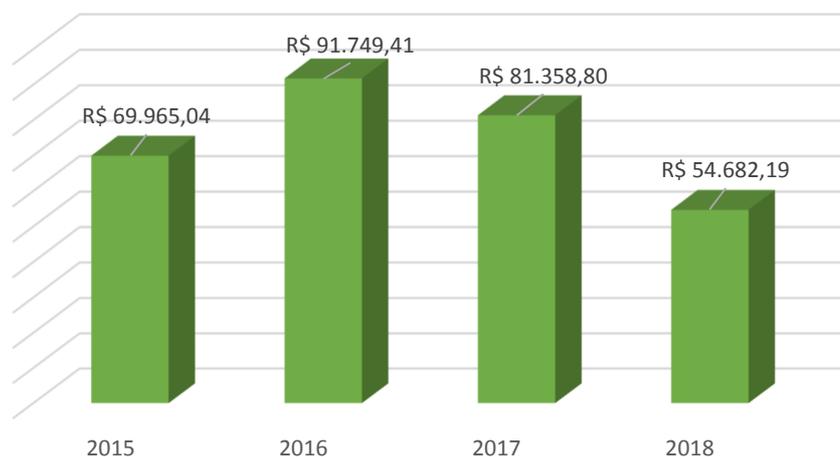
VIGILÂNCIA ARMADA - Nº DE POSTOS



¹⁴ Não há contratos de vigilância desarmada no TRT3.

Como o aumento no valor do contrato não teve a mesma proporção do acréscimo no número de postos, o custo por posto apresentou redução de 33% em 2018, se comparado ao ano anterior.

VIGILÂNCIA ARMADA - CUSTO POR POSTO



Pretende-se realizar estudo, conforme proposta da nova versão do PLS, da viabilidade de ampliação da utilização da vigilância eletrônica em substituição à vigilância presencial no Regional.

2.12 Veículos e combustível

A frota do Tribunal não apresentou alterações em seu quantitativo nos últimos três anos, sendo composta por 67 veículos (13 movidos a gasolina, 10 a óleo diesel e 44 veículos *flex* – movidos a gasolina e etanol). Do total da frota, 66 são veículos de serviço e há um veículo utilizado exclusivamente para transporte do dirigente máximo do Órgão ou seu representante (veículo de representação).

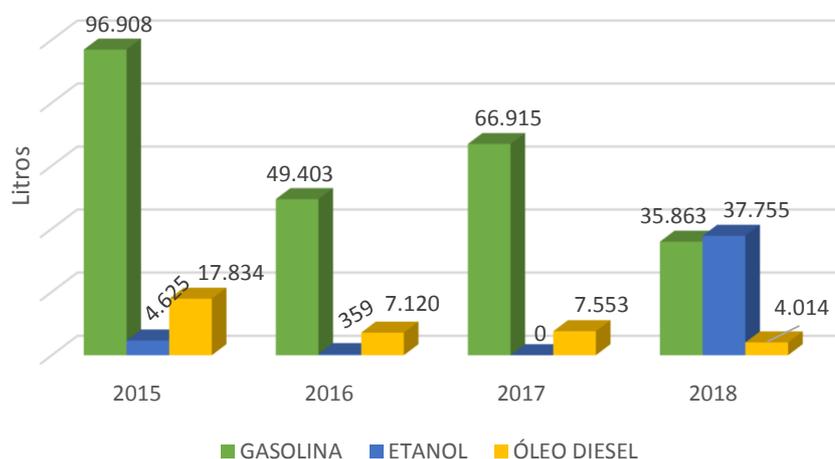
Quanto ao número de quilômetros percorridos pela frota, verificou-se redução de 14% em 2018, ante o ano anterior.

VEÍCULOS - QUILOMETRAGEM



O consumo de óleo diesel e gasolina, no mesmo sentido, também apresentou redução (de 47% e 46%, respectivamente), em relação a 2017. O abastecimento com gasolina apresentou redução não somente em função da menor quilometragem percorrida, mas também pela substituição de parte de seu consumo pelo etanol, cujo uso esteve mais vantajoso ao longo de praticamente todo o ano de 2018 (diferentemente do verificado em 2017, quando esse combustível não foi utilizado).

COMBUSTÍVEIS - CONSUMO

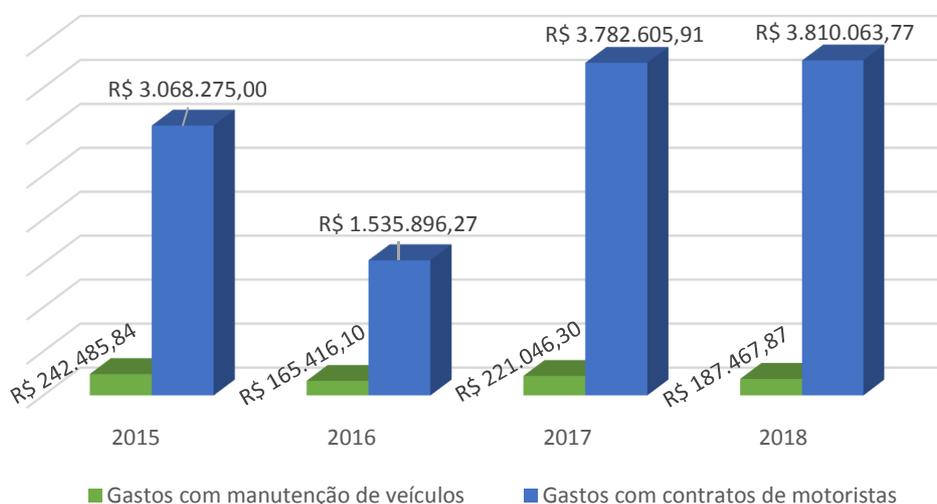


Considerando o consumo total dos três combustíveis, houve acréscimo de 4% no número de litros em 2018, comparativamente a 2017, em razão do volume consumido de etanol; o consumo de gasolina e de diesel, contudo, foi o menor observado desde o início da série histórica, em 2015.

Ainda na mesma tendência, os gastos com manutenção dos veículos da frota do Regional apresentaram diminuição de 15%.

O custo gerado pelo contrato de motoristas (serviço terceirizado), por sua vez, manteve-se praticamente estável, tendo aumentado 1% em 2018, em relação a 2017.

VEÍCULOS - GASTOS



O dispêndio médio total por veículo (gastos com contrato de motoristas e com manutenção, em relação ao número de veículos) também se manteve estável em 2018 se comparado ao ano anterior.

A diminuição na quantidade de km rodados indica menor uso médio de cada veículo, devendo ser analisada a possibilidade de se reduzir o número de veículos do Tribunal, tornando o uso da frota mais eficiente. Outras possibilidades que o TRT3 também pode vir a considerar são a implantação de sistema de transporte por meio de agenciamento de táxis e a terceirização da frota.

GASTO POR VEÍCULO



2.13 Qualidade de vida

Ao longo de 2018, o Tribunal desenvolveu 21 ações de qualidade de vida no trabalho¹⁵, tendo um total de 2.401 participações de seu corpo funcional. Alguns dos temas abordados foram saúde e segurança no trabalho, saúde do coração, preparação para a aposentadoria, ética nas relações de trabalho, acolhimento psicológico, prevenção de depressão e ansiedade e prevenção do suicídio. As ações se deram na forma de cursos, seminários, palestras, encontros, campanhas, programas, treinamentos, visitas técnicas e videoconferência.

Quanto às ações solidárias¹⁶, foram contabilizadas 20 iniciativas¹⁷ no TRT3 em 2018, destacando-se projetos como a campanha Solidariedade Literária (doação de livros infantis), o Programa Justiça e Cidadania e o Laboratório de Atividades Judiciais. Nessas duas últimas ações, estudantes de faculdades de Direito têm a oportunidade de aprender sobre a história e o funcionamento da Justiça do Trabalho.

Ainda quanto ao tema de qualidade de vida, tem-se que o Tribunal realizou 5 ações de inclusão¹⁸, dentre as quais se destaca o Programa de Inclusão Social, voltado aos magistrados e servidores com deficiência, para adaptação ao ambiente institucional, adequação do posto de trabalho e prestação de auxílios que se façam necessários.

Vale destacar, ademais, a aprovação, pelo Tribunal Pleno, do aumento da estrutura de pessoal em gabinete de desembargador com deficiência visual, e a disponibilização, pela Escola Judicial, de curso de língua brasileira de sinais (Libras).

Em relação aos indicadores de qualidade de vida, deve-se ter em mente que sua mensuração se mostra mais difícil que a da maioria das demais variáveis analisadas neste relatório, em razão da dimensão do TRT3 e da possibilidade da realização de ações descentralizadas, motivo que compromete a comparabilidade dos dados entre os anos que compõem a série histórica. A evolução dessa série também é comprometida pela possibilidade de aplicação de critérios diferentes na contabilização das ações. Nesse sentido, deve ser realizado um esforço pelo Órgão na busca da centralização das informações pertinentes, como forma de captar a integralidade das iniciativas e do seu número de participantes.

O Tribunal deve prosseguir na realização de suas ações bem-sucedidas relativas ao tema da qualidade de vida, bem como aumentar o seu número. Ação a ser realizada em breve, nesse sentido, inclui campanha de convite para que mais colaboradores do Órgão se inscrevam como agentes socioambientais do TRT3.

¹⁵ Em consonância com o Glossário do Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015, as ações de qualidade de vida no trabalho “promovem a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores”.

¹⁶ As ações solidárias “promovem o voluntariado, a reflexão sobre questões humanitárias e o incentivo à solidariedade”, conforme Glossário.

¹⁷ Não foi levantado pela Seção de Gestão Socioambiental o número de participações da força de trabalho nessas iniciativas.

¹⁸ As ações de inclusão “promovem a acessibilidade, bem como a socialização de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida”, conforme Glossário.

2.14 Capacitação socioambiental

No que se refere à capacitação e sensibilização em relação à sustentabilidade, informa-se que foi oferecido um curso de Gestão Socioambiental no TRT3 em 2018, com um total de 49 participantes. Verificou-se, entretanto, que o conteúdo do citado curso necessita ser ajustado, razão pela qual ele não foi oferecido no segundo semestre do exercício.

Além disso, o Tribunal participou da organização do 1º Seminário da *Rede Sustenta Minas*, realizado no dia 5 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente) de 2018, evento que teve como tema a gestão de resíduos sólidos e também apresentou boas práticas em outros tópicos relativos à sustentabilidade. Servidores do Regional participaram do evento e o TRT3, mediante palestra do gestor da área responsável pela logística do Regional, expôs boas práticas adotadas, referentes à Cesta de Materiais e à Cesta de Correspondências.

A participação relativa do corpo funcional nas ações de capacitação e sensibilização socioambiental tem sido muito pequena, com significativo decréscimo no número de inscrições em tais ações em 2018, se comparado a 2017 (29%). Configura-se como um desafio para a Instituição aumentar tanto o número de ações como o de participantes.

3. CONCLUSÃO

No TRT3, alguns indicadores relativos ao PLS têm apresentado tendência de queda desde o início da construção da série histórica em 2015, entre os quais, consumo de água e energia elétrica e dados referentes a impressão (consumo de papel, gastos com suprimentos de impressão).

Correlacionando-se os dados de 2018 e do ano anterior, observou-se queda em indicadores como consumo de óleo diesel e gasolina e quilometragem percorrida pelos veículos do Tribunal; verificou-se, ainda, queda nos gastos¹⁹ com papel, com água mineral em embalagens retornáveis, com manutenção de veículos e com reformas.

Alguns indicadores, por outro lado, apresentaram evolução em sentido contrário ao esperado, por influência de variáveis exógenas ao Tribunal, como o aumento das taxas referentes à telefonia fixa e à energia elétrica.

O desempenho de outros indicadores indica a necessidade de ações específicas para um funcionamento mais sustentável do Regional. Cite-se, como exemplo, iniciativas para elevar a relação impressões/equipamento, de modo a tornar o parque de impressões mais eficiente, bem assim ações relacionadas à capacitação socioambiental.

Nesse sentido, a publicação e a colocação em prática da nova versão do PLS-TRT3, que deverá se dar em 2019, trará contribuição fundamental para o planejamento de ações em prol da otimização dos indicadores ligados à sustentabilidade da Instituição.

¹⁹ Valores correntes.